



Seminário
Casa de
Profetas

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
- INTRODUÇÃO	03
- ASPECTOS GERAIS DA FILOSOFIA DA RELIGIÃO	04
- UM ENTENDIMENTO SOBRE RELIGIÃO E FILOSOFIA	08
- FUNDAMENTOS BÁSICOS PARA COMPREENSÃO DE FILOSOFIA E RELIGIÃO	13
- AVALIANDO AS CRÍTICAS À RELIGIÃO	18
- CONSCIÊNCIA DA FENOMENOLOGIA DA RELIGIÃO	30
- O QUE É METAFÍSICA DA RELIGIÃO?	34
- UMA COMPREENSÃO CORRETA ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA	37
- CONCLUSÃO	41
- REFERÊNCIAS	42

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

INTRODUÇÃO

“Conheçamos e prossigamos em conhecer ao Senhor; como a alva, a sua vinda é certa; e ele descerá sobre nós como a chuva, como a chuva serôdia que rega a terra.”

OSÉIAS 6:3

Desde que o mundo é mundo o ser humano busca uma resposta para o entendimento correto da religião. E existem diversos motivos pelos quais alguém pode procurar conhecer mais acerca da Filosofia da Religião. Seja por crer que esta irá apontar como que uma “direção certa” no que tange o assunto, seja por querer provar a falsidade da religião ou de Deus a partir de uma concepção crítica, como fazem os ateus contemporâneos, o fato é que muitos não compreendem seus fundamentos (ou aquilo que eles representam) e buscam, seja afirmando ou negando, conhecer algo que transcende o intelecto.

O homem em sua natureza necessita compreender as coisas que, em um primeiro momento, não entende, principalmente quando se trata do metafísico, do transcendente, daquilo que a ciência empírica muitas vezes não tem como justificar. Essa busca incontrolável do homem por entender as causas já era representada pela experiência dos primeiros pensadores, que buscavam compreender a causa primeira de tudo, aquilo que poderia justificar a criação e geração de todas as coisas. Entendemos que há uma infinidade de religiões, compostas de distintas modalidades de adoração, mitologias e experiências espirituais, mas geralmente os estudiosos se concentram na pesquisa das principais vertentes espirituais, como o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, pois elas oferecem um sistema lógico e elaborado sobre o comportamento do planeta e de todo o Universo, enquanto as orientais normalmente se centram em uma determinada filosofia de vida. Os filósofos têm como objetivo descobrir se o olhar espiritual sobre o Cosmos é realmente verdadeiro.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Desta forma, nos propomos a buscar juntos através desta matéria, um entendimento, embora não somos capazes de esgotar o assunto devido a vastidão dos que já o estudaram, para um melhor entendimento e aplicação em nossas vidas, famílias, trabalhos e ministérios, da Filosofia da Religião

Então, seja bem-vindo ao Curso: "Filosofia da religião"!

1) ASPECTOS GERAIS DA FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A Filosofia da Religião é um ramo filosófico que investiga a esfera espiritual inerente ao homem, do ponto de vista da metafísica, da antropologia e da ética. Ela levanta questionamentos fundamentais, tais como: o que é a religião? Deus existe? Há vida depois da morte? Como se explica o mal? Estas e outras perguntas, ideias e postulados religiosos são estudados por esta disciplina. É aqui que ocorre o debate sobre a existência de Deus com a análise dos argumentos contra e a favor da existência de Deus, a filosofia da religião também se preocupa com a justificação e a epistemologia da crença e a relação da ciência com a religião.

OS MÉTODOS UTILIZADOS PARA O ESTUDO DA FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Para o estudo da filosofia da religião são usados os métodos *histórico-crítico comparativo*, o *filológico* e o *antropológico*. O primeiro deles compara as várias religiões no tempo e no espaço, em busca de seus aspectos mais comuns e suas diferenças, para verificar o que constitui a essência do fenômeno religioso. O segundo faz o estudo comparativo das línguas, visando encontrar as palavras utilizadas para descrever e expressar o sagrado e suas raízes comuns. O terceiro método procura reconstruir o passado religioso tendo por base a etnologia (estudo dos povos primitivos e atuais, suas instituições, crenças, rituais e tradições). A filosofia da religião deve fazer uma adequada conjugação desses métodos "para obter a melhor soma de elementos para chegar à conclusão mais correta sobre a essência da religião e suas características universais."

A IMPORTÂNCIA DA EPISTEMOLOGIA PARA O ESTUDO

De acordo com o prestigioso *Cambridge Dictionary of Philosophy*, a epistemologia religiosa é "um ramo da filosofia que investiga o status epistêmico de atitudes proposicionais sobre reivindicações religiosas" (Audi 2015: 925). Praticamente todas as metodologias existentes e atuais em epistemologia foram empregadas na avaliação de reivindicações religiosas. Alguns desses métodos foram mais racionalistas no sentido de envolverem o raciocínio a partir de verdades ostensivamente evidentes (por exemplo, um princípio de razão suficiente), enquanto outros foram

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

mais experienciais (por exemplo, empirismo, fenomenologia, ênfase na paixão e subjetividade, o estresse na prática como encontrado no pragmatismo).

Swinburne foi (e é) o principal defensor da teologia natural teísta desde o início dos anos 1970. Ele aplicou suas consideráveis habilidades analíticas ao defender a coerência e a força do teísmo, e a análise e defesa de ensinamentos cristãos específicos sobre a trindade, encarnação, ressurreição de Cristo, revelação e muito mais. Os projetos de Swinburne na tradição evidencialista na filosofia da religião estão na grande tradição da filosofia britânica da religião dos platonistas de Cambridge no século XVII, por Joseph Butler (1692-1752) e William Paley (1743–1805) aos filósofos britânicos do século XX, como como AE Taylor (1869–1945), FR Tennant (1866–1957), William Temple (1881–1944), HD Lewis (1910–1992) e AC Ewing (1899–1973). O argumento filosófico positivo do teísmo foi encontrado pelo trabalho de muitos filósofos poderosos, mais recentemente Ronald Hepburn (1927–2008), JL Mackie (1917–1981), Antony Flew (1923–2010), Richard Gale (1932–2015), William Rowe (1931–2015), Michael Martin (1932–2015), Graham Oppy (1960–), JL Schellenberg (1959–) e Paul Draper (1957–).

Houve pelo menos dois desenvolvimentos recentes interessantes na filosofia da religião no quadro do evidencialismo. Um foi apresentado por John Schellenberg, que argumenta que, se o Deus do cristianismo existe, a realidade de Deus seria muito mais evidente do que é. Indiscutivelmente, no entendimento cristão dos valores, um relacionamento evidente com Deus faz parte do bem humano mais elevado, e se Deus estivesse amando, Deus traria esse bem. Como há evidências de que Deus não se torna disponível para os que buscam sinceramente esse relacionamento, isso é evidência de que esse Deus não existe. De acordo com essa linha de raciocínio, a ausência de evidência do Deus do cristianismo é evidência de ausência. O argumento se aplica além dos valores e teísmo cristãos, e a qualquer conceito de Deus em que Deus seja poderoso e bom, e que um relacionamento com um Deus tão bom seja satisfatório e bom para as criaturas. Não funcionaria com um conceito de Deus (como encontramos, por exemplo, no trabalho de Aristóteles), no qual Deus não está envolvido amorosamente e providencialmente no mundo. Essa linha de raciocínio é frequentemente referida em termos da ocultação de Deus.

Evidencialismo é a visão de que, para uma pessoa ser justificada em alguma crença, essa pessoa deve ter alguma consciência da evidência da crença. Isso geralmente é articulado como a crença de uma pessoa sendo justificada, dada a evidência total disponível para a pessoa. Nesta visão, a crença em questão não deve ser minada (ou derrotada) por outras crenças evidentes mantidas pela pessoa. Além disso, os evidencialistas costumam afirmar que o grau de confiança em uma crença deve ser proporcional à evidência. O evidencialismo foi defendido por representantes de todos os diferentes pontos de vista da filosofia da religião: teísmo, ateísmo, defensores de modelos não-teístas de Deus, agnósticos.

O evidencialismo foi desafiado por muitos motivos. Alguns argumentam que é muito rigoroso; temos muitas crenças evidentes de que estaríamos perdidos para justificar com sucesso. Em vez de evidencialismo, alguns filósofos adotam uma forma de confiabilismo, segundo a qual uma

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

pessoa pode ser justificada em uma crença desde que a crença seja produzida por meios confiáveis, independentemente de a pessoa estar ciente ou não de evidências que justifiquem a crença. Dois movimentos na filosofia da religião desenvolvem posições que não estão alinhadas com a tradição evidencial tradicional: epistemologia reformada e epistemologia volitiva.

A epistemologia reformada foi defendida por Alvin Plantinga (1932–) e Nicholas Wolterstorff (1932), entre outros. A epistemologia reformada é "reformada" na medida em que se baseia no reformador João Calvino (1509-1564), que alegou que as pessoas são criadas com um senso de Deus (*sensus divinitatis*). Embora esse senso de Deus possa não ser aparente devido ao pecado, ele pode levar as pessoas a acreditarem em Deus de maneira confiável e a sustentar uma vida de fé cristã. Embora esse estímulo possa desempenhar um papel evidencial em termos da experiência ou percepção ostensiva de Deus, também pode justificar a crença cristã na ausência de evidências ou argumentos. Na linguagem introduzida por Plantinga, a crença em Deus pode ser tão adequadamente básica quanto nossas crenças comuns sobre outras pessoas e o mundo. A estrutura da epistemologia reformada é condicional à medida que avança a tese de que se existe um Deus e se Deus realmente nos criou com um *sensus divinitatis* que confiavelmente nos leva a acreditar (verdadeiramente) que Deus existe, então tal crença é justificada. Há um sentido em que a epistemologia reformada é mais uma estratégia defensiva (oferecendo motivos para pensar que a crença religiosa, se verdadeira, é justificada), em vez de fornecer uma razão positiva pela qual as pessoas que não têm (ou acreditam ter) um *sensus divinitatis* deve abraçar a fé cristã. Plantinga argumentou que pelo menos uma alternativa à fé cristã, o naturalismo secular, é profundamente problemática, se não auto-refutável, mas essa posição (se convincente) avançou mais como uma razão para não ser naturalista do que como uma razão de ser. um teísta.

A epistemologia reformada não é *um fideísmo ipso facto*. O fideísmo apoia explicitamente a legitimidade da fé sem o apoio, não apenas de evidências (proposicionais), mas também da razão (MacSwain 2013). Por outro lado, a epistemologia reformada oferece uma explicação metafísica e epistemológica da garantia segundo a qual a crença em Deus pode ser garantida, mesmo que não seja apoiada por evidências, e oferece uma descrição da crença adequadamente básica, segundo a qual a crença básica em Deus é epistêmica. A par de nossas crenças básicas comuns sobre o mundo e outras mentes que parecem ser paradigmaticamente racionais. No entanto, embora a epistemologia reformada não seja necessariamente fideísta, ela compartilha com o fideísmo a idéia de que uma pessoa pode ter uma crença religiosa justificada na ausência de evidências.

UM BREVE HISTÓRICO DESTE ESTUDO

Até o século XX, a história do pensamento filosófico ocidental encontrava-se intimamente associada às tentativas de esclarecer certos aspectos do paganismo, do judaísmo e do cristianismo, enquanto que em tradições como o hinduísmo, o budismo ou o taoísmo, há uma distinção ainda menor entre a investigação filosófica e a religiosa.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

O problema clássico de conceber um objeto apropriado para a crença religiosa consiste em compreender se é possível lhe atribuir algum termo: fará sentido dizer que esse objeto cria e conhece coisas, que deseja certos acontecimentos, que é bom ou providencial, que é uma ou muitas coisas?

Na teologia negativa afirma-se que Deus só pode ser conhecido quando negamos que os termos vulgares possam ser-lhe aplicados; outra sugestão influente é a de que os termos vulgares só se lhe aplicam metaforicamente, não existindo qualquer esperança de eliminar essas metáforas. Mas mesmo que se chegue a uma descrição do Ser Supremo, continuamos com o problema de encontrar um motivo para se supor que exista algo correspondente a essa descrição.

A época medieval foi a mais fértil em pretensas demonstrações da existência de Deus, como as cinco vias de Santo Tomás de Aquino, ou o argumento ontológico de Santo Anselmo. Essas provas deixaram de ter ampla aceitação desde o século XVIII, embora ainda convençam muitas pessoas e alguns filósofos.

De uma maneira geral, até os filósofos religiosos (ou talvez estes em especial) têm sido cautelosos em relação às manifestações populares da religião. Kant, um simpatizante da fé religiosa, distinguiu várias perversões dessa fé: a teosofia (uso de concepções transcendentais que confundem a razão), a demonologia (favorecimento de concepções antropomórficas do Ser Supremo), a teurgia (ilusão fanática de que esse ser pode nos comunicar sentimentos ou de que podemos exercer influência sobre Ele) e a idolatria ou a delusão supersticiosa de que podemos nos tornar aceitáveis perante o Ser Supremo através de outros meios que não o de ter a lei moral no coração.

No entanto, essas tendências para o contato arrebatado têm se tornado cada vez mais importantes na teologia moderna. Desde Feuerbach há uma tendência crescente na filosofia da religião em se concentrar nas dimensões sociais e antropológicas da crença religiosa, ou para a conceber como uma manifestação de várias necessidades psicológicas explicáveis.

Outra reação consiste numa fuga para o elogio do comprometimento existencial puramente subjetivo. No entanto, o argumento ontológico continua a atrair a atenção, e as tendências antifundacionalistas da epistemologia moderna não são inteiramente hostis às pretensões cognitivas que se baseiam na experiência religiosa.

2) UM ENTENDIMENTO SOBRE RELIGIÃO E FILOSOFIA

Podemos entender a religião, de uma forma ampla, como um sistema de crenças e as práticas a elas referentes. Em quase todas as culturas há pelo menos uma expressão que possamos chamar de religiosa. Essas expressões diferem entre si, quanto à origem e conceitos principais, mas costumam partir da tentativa do homem de encontrar respostas a problemas para os quais a razão humana não seria suficiente. Uma pergunta bastante inquietante e que ainda não podemos responder precisamente por meio da ciência é a respeito da vida após a morte.

As religiões espiritualistas, ou seja, que acreditam na existência de um corpo mortal e de uma alma imortal, podem enfrentar esse problema criando teorias baseadas em algum livro que se considera escrito a partir de uma revelação de Deus, como o Alcorão para os muçulmanos, o Bhagavad Gita para os hindus e a Bíblia para os cristãos, por exemplo, ou por meio da transmissão oral de revelações individuais feitas a alguém que se considera capaz de se comunicar com o plano sagrado, como são os profetas, médiuns e babalorixás.

Ou seja, na esfera da religião, não se necessita de uma demonstração racional para aquilo que se professa como verdade, mas a fé não é necessariamente oposta à razão. O termo “filosofia da religião”, que aparece a partir do século XIX, é a parte da filosofia que se ocupa de examinar racionalmente as explicações religiosas. A existência ou não de Deus foi uma questão que movimentou o pensamento de muitos filósofos desde a Antiguidade, como Tomás de Aquino, Agostinho de Hipona e Nicolau de Cusa.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

O cenário histórico que serve de pano de fundo para a discussão desses pensadores é o desenvolvimento e ascensão do Cristianismo e grande influência da Igreja Católica como instituição social. Se o Império Romano se esfacelava, a Igreja acumulou grande riqueza material. Se o Império Romano sofria ataques de povos bárbaros, a Igreja desempenhava o papel de conciliadora entre a nobreza feudal.

A fé cristã, segundo a doutrina da Igreja Católica, era a verdade mais elevada. Qualquer ato que discordasse do postulado pela Igreja era considerado uma heresia. Todas as investigações filosóficas e científicas tinham que partir do pressuposto de que a verdade já havia sido revelada pelo próprio Deus. A única tarefa possível à ciência e à filosofia era a comprovação racional da fé. Muitos pensadores cristãos investiram nesse trabalho e tentaram, a partir da filosofia grega ou contra ela, convencer os descrentes.

Entre esses pensadores, podemos incluir os “padres apologistas”, ou seja, aqueles padres que mostravam a superioridade da fé cristã em relação ao paganismo ou politeísmo. Esses padres, como Orígenes, Justino e Tertuliano, rejeitavam o recurso às filosofias gregas. Importante lembrar que, nessa época, as obras de Platão e Aristóteles estavam desaparecidas e o conhecimento que se tinha delas passava pelo prisma dos filósofos estoicos e neoplatônicos e, por isso, apresentavam elementos místicos ou comportamentos que a Igreja considerava “imorais”. No entanto, as obras de maior destaque são as de Santo Agostinho, que pertencia à Patrística, e as de Santo Tomás de Aquino, que pertencia à Escolástica.

HISTÓRICO DA FILOSOFIA GREGA

O último período da Filosofia Grega é o Helenístico (Sec. III a.C. - VI d.C.).

É um período pouco estudado e muitas obras se perderam. Helenismo significa a influência da cultura grega em todo mediterrâneo oriental e no Oriente desde as conquistas de Alexandre da Macedônia e posteriormente a consolidação do Império Romano.

A influência das escolas filosóficas desse período chega ao Império Romano. O grande centro cultural do helenismo foi em Alexandria, no Egito, que era uma cidade cosmopolita, unindo gregos, judeus, egípcios. A intensa produção científica valorizava as ciências naturais, sendo avançada nas áreas de matemática, geometria, medicina, linguagem, astronomia, geografia. A produção científica de Alexandria contribuiu fortemente para a ciência da Antiguidade.

O período Helenístico se caracteriza por pensamento de escolas filosóficas, não havendo grandes mestres tais como Sócrates, Platão e Aristóteles. O importante era a corrente filosófica da qual o pensador estava vinculado e não propriamente sua originalidade e criatividade. Perde-se o caráter argumentativo, polêmico, crítico das origens da filosofia grega. É um período em que se misturam e sintetizam várias correntes de pensamentos, o ecletismo. A filosofia helenista se ocupava com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza e de ambos com Deus. Apareceram aspectos místicos e religiosos no pensamento filosófico, influenciados pelo contato com o Oriente.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Com o fim da polis grega, após a conquista de Alexandre, o Grande, o homem grego perdeu sua principal referência ético-política: a vida na comunidade, as leis, as tradições e práticas culturais. Embora o mundo fosse grego, o homem grego sentia-se sem raiz, pois sua referência básica era a cidade e essa havia perdido força para o império centralizado. Era preciso desenvolver uma ética forte, com conteúdos práticos e novas referências: regras de conduta, apontando o caminho em busca da felicidade pessoal nesse novo contexto de várias culturas. Esse período é muito importante para nós ocidentais, pois, é o período de transição da Antiguidade clássica e a idade Média Cristã, quando se dá a formação da tradição cultural da qual nós fazemos parte e somos herdeiros até hoje: dá-se o encontro entre o mundo Greco-romano e a cultura judaico-cristã. Nesse período, duas correntes de pensamentos filosóficos gregos se destacam e vão influenciar o mundo ocidental: Estoicismo e Epicurismo.

O período de transição para o surgimento da Filosofia Cristã (sec. I a.C. - sec. IV a.C.).

Nos primeiros séculos de sua existência, o Cristianismo ainda não possui uma doutrina e estrutura consolidadas. O Cristianismo vai sendo construído ao longo dos primeiros séculos da Era Cristã. Como se formou essa tradição da qual fazemos parte? Por que dizemos que nosso mundo é Ocidental? De onde vem esse pensamento? Como entender a relação entre o cristianismo, que é uma religião, e a filosofia grega, que havia rompido com o pensamento mítico e religioso e se pautava na racionalidade? O primeiro marco da constituição do Cristianismo como religião independente foi a pregação de São Paulo, um judeu helenizado e de formação filosófica estoicista, funcionário do Império Romano, que se converteu ao Cristianismo. São Paulo fala em uma religião universal, dirigida a todos os homens, e não a religião de um povo apenas, como era o Judaísmo. O processo de difusão do Cristianismo é longo e vai até a sua institucionalização pelo Império Romano (391 d.C.). O cristianismo se difundiu progressivamente ao longo do sec. I a.C, com os fiéis impulsionados pela missão de São Paulo, embora não houvesse unidade em suas práticas. Era necessário, então, integrar essas comunidades cristãs. Para isso, tornava-se essencial o desenvolvimento de uma doutrina que pudesse dar identidade ao Cristianismo. A filosofia grega vai ter um importante papel na construção da doutrina cristã. No processo inicial de difusão do cristianismo, alguns filósofos se converteram ao cristianismo e passaram a falar da filosofia cristã. Alguns desses filósofos ou teólogos rejeitavam a filosofia grega por considerá-la alheia a mensagem de Cristo e a desprezam, vendo essa forma pagã de pensamento como um caminho para o pecado e o descaminho. Outros pensadores cristãos, ao contrário, defendem o uso do conhecimento da filosofia grega a serviço do Cristianismo, pois sabedoria dos filósofos gregos seria essencial para a preparação da fé. De qualquer forma, mesmo os que defendiam a importância do conhecimento grego, admitem que os textos sagrados eram mais importantes e a doutrina filosófica deve estar submetida ao ensinamento religioso, ou seja, a razão está submetida à fé, pois os dogmas cristãos são verdades divinas inquestionáveis. O objetivo era usar a razão para convencer os descrentes sobre a superioridade da fé. Os primeiros padres precisavam conquistar os governantes, que eram romanos e pagãos, para evitar a perseguição aos cristãos. Os governantes acabam se convertendo ao Cristianismo. É, sobretudo, em Platão e Aristóteles que os filósofos cristãos vão fundamentar o desenvolvimento do pensamento cristão.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A Filosofia Medieval (sec. V ao XV)

A Idade Média compreende o período que vai da queda do Império Romano (sec. V) ao sec. XV. São 10 séculos ou mil anos de história, em que se consolida o feudalismo, com a nobreza no poder. Esse período é marcado pela força espiritual e política da Igreja católica. A nobreza é ignorante, o conhecimento fica restrito aos mosteiros. A grande questão discutida é a relação entre a fé e a razão, entre filosofia e teologia. A filosofia cristã comportou dois grandes períodos: Patrística: do século I até o século VI Escolástica: do século XIII ao século XIV

A Filosofia Patrística (século I ao VII): difusão, consolidação e constituição do Cristianismo

É anterior ao início da Idade Média, mas é o período em que se faz a síntese da doutrina cristã e a filosofia grega, tendo forte influência para a filosofia medieval. Inicia-se com as Epístolas de São Paulo e o Evangelho de São João. A Patrística vem dos apóstolos Paulo e João e também de Padres da Igreja, que foram os primeiros dirigentes espirituais e políticos da Igreja após a morte dos apóstolos. Com o desenvolvimento do cristianismo, tornou-se necessário explicar seus preceitos às autoridades romanas e ao povo. Não podia ser pela força, mas tinha que ser pela conquista espiritual. Os primeiros pensadores padres elaboraram textos sobre a fé e a revelação cristã. Buscaram conciliar o cristianismo ao pensamento filosófico dos gregos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer e converter os pagãos da nova verdade. Tenta basear a fé em argumentos racionais. A filosofia patrística tem a tarefa de evangelizar e defender a religião cristã contra os ataques teóricos e morais do pensamento antigo. A filosofia patrística introduz ideias novas: a criação do mundo por Deus, pecado original, Deus e a trindade una, encarnação e morte de Deus, juízo final, ressurreição, origem do mal. As ideias cristãs eram impostas pelos Padres por meio das verdades reveladas por Deus, eram verdades irrefutáveis e inquestionáveis: os dogmas. O grande tema de toda a filosofia patrística era conciliar razão e fé.

Santo Agostinho - O principal nome da patrística é Santo Agostinho (340-430), bispo de Hipona, uma cidade no norte da África. Santo Agostinho retoma a dicotomia de Platão, mundo sensível e mundo das ideias (mundo perfeito), mas substitui o mundo das ideias pelo mundo divino, e para se alcançar o mundo divino (o mundo perfeito), era preciso seguir o caminho da fé. Segundo Santo Agostinho, a alma humana é superior ao corpo e, por ser superior, deve reinar e dirigi-lo à prática do bem. Segundo sua teoria da iluminação, Deus nos dá o conhecimento das verdades eternas e ilumina a razão. A salvação individual depende da submissão total a Deus. Santo Agostinho ressalta a vinculação pessoal do homem com Deus, enquanto a filosofia grega identifica o homem com o cidadão e a política. Para ele, só é possível alcançar a verdade das coisas por meio da luz de Deus, no íntimo de nossa alma.

Filosofia da Escolástica (sec. IX ao sec. XV)

A Igreja Romana, cada vez mais forte, dominava a Europa, organizava cruzadas, criava as primeiras universidades e escolas. Essas escolas ensinavam várias matérias, gramática, geometria, aritmética, música, astronomia, todas elas submetidas à teologia. A escolástica

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

continua o trabalho de adequar a herança do pensamento filosófico clássico às verdades teológicas.

O auge da Escolástica se dá com Santo Tomas de Aquino, no sec. XIII, que busca sua fundamentação na sabedoria de Aristóteles. A obra de Aristóteles – metafísica, lógica, científica, filosófica, passa a ser de grande interesse na época. São Tomas de Aquino vai desenvolver um sistema compatibilizando o aristotelismo e o cristianismo. Há uma intensa retomada da filosofia grega, mas com o objetivo de compatibilizar e reinterpretar o conhecimento clássico de Aristóteles à luz das crenças religiosas. Uma das principais preocupações dos filósofos medievais era fornecer argumentações racionais, espelhadas nas contribuições dos gregos, para justificar as chamadas verdades reveladas da Igreja, tais como a da existência de Deus, a imortalidade da alma.

Nesse período, a Igreja Católica consolidou sua organização religiosa e difundiu o cristianismo, preservando muitos elementos da cultura greco-romana. É a época feudal, em que a Igreja Católica surge como força espiritual, política, econômica e cultural. Apoiada em sua forte influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel político na sociedade medieval; ampliou sua riqueza, tornando-se dona de quase um terço das terras da Europa e, no plano cultural estabeleceu que a fé era o pressuposto da vida espiritual. Fé significava a crença irrestrita às verdades reveladas por Deus. É a religião que vai fundamentar os princípios morais, políticos da sociedade medieval. A principal discussão desse momento é a questão da razão e da fé, da filosofia e da teologia. As investigações científicas e filosóficas não poderiam contrariar as verdades estabelecidas pela fé católica. Nesse período surge propriamente a filosofia cristã, a teologia. Seu tema principal é a prova da existência de Deus e da imortalidade da alma, ou seja, a prova racional da existência do criador e do espírito imortal, com o propósito de explicar a relação homem e Deus, razão e fé, corpo e alma, e o Universo como hierarquia de seres, onde os superiores – divinos – dominam os inferiores. Santo Tomás de Aquino - É a figura mais destacada do pensamento cristão medieval. Elaborou os princípios da doutrina cristã baseado no pensamento aristotélico. Seu objetivo maior: não contrariar a fé. Para isso reviveu grande parte do pensamento aristotélico com a finalidade de nele buscar elementos racionais que explicassem os principais aspectos da fé cristã. Enfim, fez de Aristóteles um instrumento a serviço da religião católica, ao mesmo tempo em que transformou essa filosofia em uma síntese original. Santo Tomás não adaptou a filosofia de Aristóteles ao cristianismo, mas sim fez uma sistematização da doutrina cristã. Baseados no aristotelismo, os argumentos de São Tomás revalorizam o mundo natural, pois o mundo natural é criação de Deus. É assim que podemos conhecer Deus: por meio de sua criação, o mundo natural. Isso justifica o interesse pela investigação científica do mundo natural que surge na época e vai transformar a Europa nos séculos seguintes.

Resumindo:

O homem está sempre buscando entender o significado da vida e compreender seu mundo, para isso ele pensa e produz o conhecimento. Esse conhecimento vai refletir o mundo a partir do qual foi construído. Em outras palavras, cada povo representa a si mesmo e o mundo a partir de uma determinada realidade social e histórica. Cada povo constrói uma visão de mundo que reflete

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

seus valores, seus costumes, suas necessidades, seus interesses, enfim, representa sua realidade por meio do conhecimento. Por sua vez, esse pensamento vai influenciar a realidade e transformá-la. A consolidação do Cristianismo se dá em determinadas condições históricas. Padres e filósofos cristãos construíram um pensamento que fundamentou a doutrina religiosa, orientados pela busca da verdade universal baseada na fé. Essa verdade religiosa refletia as necessidades históricas e de uma ordem social, política e econômica. A doutrina cristã como um sistema unificado, racional e logicamente construído passou, também, por críticas e modificações. Ao final do período medieval (sec. XIV), surgem novos pensamentos que defendem a separação radical entre a razão e a fé, entre Filosofia e Teologia. Com a crise do pensamento escolástico, surge um pensamento inovador, o humanismo renascentista e o a Filosofia Moderna, com suas novas teorias filosóficas e científicas, resultando em profundas transformações no mundo europeu.

3) FUNDAMENTOS BÁSICOS PARA COMPREENSÃO DE FILOSOFIA E RELIGIÃO

Uma vez que a filosofia da religião apresenta-se como a disciplina que estuda de forma reflexiva o fenômeno religioso a partir do campo experimental. Ela desenvolve no pensador a atitude

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

crítica sobre a compreensão da religião em seus aspectos mais importantes, como a própria compreensão do Ser e do fim último do homem. Nela, constitui-se uma crítica não propriamente à religião, ou que queira substituí-la, mas promove-se a reflexão sobre si mesma. Como em todas as disciplinas filosóficas, ela tem por objetivo alcançar a verdade que está por trás do fenômeno e chegar à causa primeira. A filosofia da religião demonstra, a partir da profunda reflexão no Ser e na consciência humana, os fatos que a justificam deste modo: A religião realiza-se na existência humana. O Apelo de Deus como a resposta do homem verificam-se na existência. Assim, sua existência religiosa se constitui a partir do divino. Por isso, na filosofia da religião, não se fala só do homem, mas também daquilo que é diferente dele, que é o transcendente. Desde já, vamos abordar os principais aspectos desta temática, a fim de melhor compreendermos do que realmente se trata a Filosofia da Religião.

1. O conceito de Religião

Partir-se-á inicialmente da compreensão de Religião. Geralmente, ouve-se dizer sempre a velha definição de religião a partir de suas origens etimológica latina de “religar”, mas esta não esgota o sentido de religião, a qual de modo bem amplo vai ser definida como “o conjunto das relações existentes entre Deus e nós; é o vínculo que nos une Deus”. Não basta apenas compreender o sentido de “religar”, temos que compreender a problemática da busca por algo, neste caso, alguém (Deus). A filosofia da religião tem o intuito de investigar este fato do homem e do mundo, “uma busca de construir um mundo com sentido transcendental, independentemente do sentido dado pela racionalidade moderna”. Compreender o porquê o homem coloca suas esperanças e buscas em um ser que não está à compreensão do nosso intelecto, cuja compreensão e limite desta busca é a sua consciência. Trata-se de um “preocupar-se com o Absoluto, não como encontro com ele, nem como Deus, mas com o Ser e o fundamento da realidade”. Ora, a religião “aponta para além deste mundo empírico e de nossa vida, para uma realidade maior”, como uma “seta” direcionada para o horizonte, buscando sempre algo que nós não compreendemos, mas buscamos compreender. O senso religioso está ligado à própria razão humana e ao coração do

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

homem. A razão é exigência de um significado total. A razão se percebe insatisfeita até quando não alcança um sentido total e infinito, a razão é abertura e tensão ao infinito. E ainda, a própria razão percebe que deve afirmar a existência de algo maior que a si mesma, algo que é fonte de tudo aquilo que existe e que é incomensurável com qualquer medida humana. O vértice da razão consiste na percepção da existência do mistério. O mistério é percebido pela razão.

2. A Disciplina da Filosofia da Religião

A Filosofia da Religião é uma disciplina atual, bem contemporânea, floresceu por volta do século XVIII. Desta forma: A denominação «filosofia da religião» é muito recente. Alguns autores atribuem-na ao kantiano L. H. Jacob, em 1797, enquanto outros apontam como seu autor o jesuíta Sigismund von Storchenau (1731 – 1798), professor de Lógica e de Metafísica na Universidade de Viena que, entre 1773 e 1789, publicou, com esse título, uma obra de doze volumes destinada a mostrar a harmonia entre o pensamento racional e a religião revelada. Ele mesmo se declara «autor da Religions philosophie» (1785). Alguns autores costumam intitular Kant como o pai da filosofia da religião, tendo esta um sentido mais de ciência propriamente dito. Por mais que o fenômeno religioso e as buscas pela religião se encontrem na história desde os primeiros pensadores, a disciplina como tal só passou a ser depois de ter percorrido toda corrente filosófica deixada pelas escolas alemãs e que se estende até os nossos dias. A Filosofia da Religião é uma disciplina autêntica, possui seu próprio valor e que “tenta esclarecer o ser e a essência da religião”, isto é, o que a religião realmente é. Trata-se do estudo dos problemas relacionados filosoficamente a Deus e à Religião; em curtas palavras, o objeto da Filosofia da Religião trata-se da própria Religião, sem se valer de uma Revelação. Ela se destaca das demais ciências com autoridade e argumentos lógicos e metafísicos, separando-se, assim, da Teologia, das Ciências da Religião e da própria Filosofia.

2.1 Filosofia da Religião e Teologia

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Existe uma relação estabelecida entre Filosofia da Religião e a Teologia, como se costuma dizer “a filosofia é serva da teologia”, o mesmo abrange a Filosofia da Religião. Partindo disso, afere-se que “filosofia da religião é doutrina das funções religiosas e de suas categorias. Teologia é apresentação normativa e sistemática da planificação concreta do conceito de religião”. Não se trata de duas coisas semelhantes entre si, pois são disciplinas distintas. Uma reflete sobre o homem e suas buscas pelo transcendente (a Filosofia da Religião) e a outra apresenta o meio para pelo qual o homem irá manifestar sua religiosidade (a Teologia). O limite da Filosofia é o transcendente, o qual ela não alcança, e este já é o campo da Teologia, que proporciona a compreensão das doutrinas próprias da Religião em específico.

2.2 Filosofia da Religião e a Ciência da Religião

Ao confrontar-se a Filosofia da Religião com a Ciência da Religião, pode-se afirmar serem estas mais semelhantes do que a própria Teologia com a Filosofia da Religião. Na verdade, elas realmente são mais semelhantes, porém não são iguais. A Filosofia da Religião parte da investigação de “si mesmo e do ser”. Ela busca compreender o mundo e seus fenômenos, “lançando suas raízes no profundo da consciência humana” e sempre comprometendo-se com a investigação criteriosa sobre a verdade e as causas; porém, não pressupõe dados revelados de fé. Já a Ciência da Religião investiga a religião e toda a sua manifestação de forma empírica, sem se questionar sobre a verdade ou as causas. Trata-se de uma investigação de cunho mais científico e sistemático do fenômeno, como o próprio nome já identifica. Não é uma reflexão filosófico-fenômeno, como a filosofia, e sim histórico-crítica, que tem em vista uma investigação sobre os fatos reais ocorridos e comprovados e a análise das diversas manifestações religiosas, partindo de uma “religião comparada” e pressupondo dados revelados de fé.

2.3 Filosofia da Religião e a Filosofia

Tornar-se-á algo muito estranho ter que colocar frente à Filosofia da Religião a própria Filosofia, mas se se observar do ponto de vista da Filosofia, compreende-se que muitas vezes ela abre mão do juízo das coisas sobre a religião. A Filosofia não tem como objeto de pesquisa a religião como a Filosofia da Religião, mas o homem e a sua busca pelas causas primeiras. A Filosofia se

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

esquece de que o fenômeno religioso só existe a partir do momento em que o homem o cria. Se o homem não buscasse “religar-se” com um Ser divino, que de algum modo foi afastado, a Filosofia da Religião não existiria. O que acontece com relação entre a Filosofia da Religião e a própria Filosofia é uma divergência simplesmente pelo fato do nome “religião”, em que a figura divina apresentada pela religião é totalmente oposta à compreendida pela Filosofia tradicional. Os pensadores se esquecem de que o fenômeno religioso é algo que surgiu muito antes do próprio pensar filosófico: Como a religião é anterior à filosofia, a reflexão filosófica buscará refletir sobre sua maneira de ser e sobre sua essência. Tal reflexão, porém, também terá consequências, ou seja, a religião criticamente refletida. E ainda, A filosofia tem seus objetivos em comum com a religião porque o objetivo de ambas é a verdade, no sentido mais alto da palavra, isto é, enquanto Deus, e somente Deus, é a verdade. Em síntese, o religioso não seria em nada diferente do filósofo, pois buscam a verdade última a cerca de todas as coisas, que para o religioso é Deus. Assim, o religioso não passa de um filósofo que reflete sobre a fé. A religião também faz parte da Filosofia, por isso a existência da disciplina Filosofia da Religião, pois a religião está presente nas diversas ações do homem em seu cotidiano. Sendo assim, “a religião é um dado que está aí e não se funda na filosofia”, mas se faz necessária da Filosofia para melhor compreendê-la, como supracitado, a religião se torna “criticamente refletida”. Nela, o homem busca compreender sua causa primeira e seu fim último, que é próprio da busca dos filósofos, por mais clássicos que eles sejam. Trata-se da própria inquietação da alma humana, que necessita cada vez mais de respostas sobre a sua existência e sua necessidade de viver em comunidade.

3. A tarefa da Filosofia da Religião

A Filosofia da Religião não é propriamente uma disciplina em que se estudarão todas as religiões, pelo contrário, ela apresenta aquilo que está por detrás de todas as religiões, a ideia de religiosidade. A História das Religiões é outra disciplina distinta da Filosofia da Religião, embora

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

em alguns momentos ela se utilize de alguns aspectos de determinadas religiões. A Filosofia da Religião está interessada na natureza da religião.

A filosofia da religião procura conjugar essas duas radicalizações, para oferecer ao homem as justificativas racionais da sua fé, integrando assim ciência e vida religiosa. O homem religioso tem um modo especial de estar no mundo, o que provoca a indagação do filósofo. Toda crítica religiosa nos oferece um caminho oportuno para purificar a religião de qualquer ingenuidade filosófica, do mesmo modo que nos leva a evidenciar, embora por processo negativo, o que lhe é específico e irreduzível. Justamente por isso, impõe-se a reflexão sobre os elementos constitutivos do ato religioso.

4) AVALIANDO AS CRÍTICAS À RELIGIÃO

Como crítica à religião, entende-se não a “crítica” no sentido próprio da palavra, mas uma reflexão sobre a religião no aspecto de avaliar conceitos e fenômenos de forma criteriosa, não pensando diretamente em desmontar um sistema religioso, mas em criar uma dialética sobre os valores do mesmo sistema. A crítica da religião, geralmente, possui a característica de afirmar apenas aquilo que a religião não é; ou seja, basicamente, uma crítica ao conceito de religião, e não ao Ser divino criador, visto que a busca pela causa primeira faz parte do homem, logo, ele sempre buscará compreender algo que transcende ao seu entendimento.

Para iniciar a compreensão sobre o que consiste a Crítica da Religião, passar-se-á a observar os principais filósofos críticos da religião. A partir do século XVII, momento da história que se iniciam as crises de religião, o ateísmo, o indiferentismo e o agnosticismo. Assim sendo, tornam-se essenciais, para a filosofia da religião, as críticas modernas: primeiramente, a de Spinoza, na medida em que reduziu a religião à educação moral dos ignorantes; e, em seguida, a de Kant, porque, acentuando a postura spinozista, deu-lhe o estatuto de sua crítica. Em outras palavras, da imanência dogmática em Spinoza passamos à imanência crítica em Kant.

1. René Descartes (1596-1650)

Um dos mais famosos filósofos da modernidade, Descartes estabelece como princípio a mútua independência da religião e da ciência, tratando esta última como da natureza, isto é, compreensão das forças naturais, e a primeira, a religião, tratando dos elementos

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

suprassensíveis da alma, transcendentais. Ambas não se dominam, mas possuem uma relação na qual se compreende uma ligação entre o ser e o pensar, na mesma razão. Trata-se da relação entre o homem e Deus (religião) e entre Deus e o mundo (ciência). Em O Discurso do Método, sua principal obra, Descartes pensava que poderia transmitir à filosofia a mesma proposta que cabia à matemática possuir, isto é, clareza e segurança. O método que é elaborado por Descartes é um postulado composto basicamente de análise, síntese e revisão. Seu método parte de um elemento essencial, a “dúvida metódica”. Para o filósofo, deve-se iniciar o pensamento acerca de um objeto com um questionamento, que consiste em não admitir nada que não seja evidente, tendo em vista que a evidência apresentada por Descartes é sinônimo de clareza e distinção do pensamento (dúvida metódica). Após esse primeiro aspecto, segue-se para o segundo ponto, no qual ele orienta que o objeto do conhecimento seja dividido em partes para melhor analisá-lo (análise). Tendo passado pela análise, é hora de reunir novamente essas partes em um todo como uma síntese. Por fim, para que não haja erros, far-se-á uma revisão de todo o processo percorrendo-o novamente. Pondo em prática todo esse método, Descartes desenvolve a sua comprovação teórica da existência de Deus, visto que o filósofo busca utilizar-se do racionalismo como fonte necessária para falar de Deus e da religião. Com efeito, “a ideia de Deus é a ideia de um ser perfeito. Ora, o ser perfeito inclui todas as perfeições. Considerando que a existência é uma perfeição, deve-se concluir que Deus existe”; e ainda, tenho a ideia do ser perfeitíssimo em minha mente. Ora, essa ideia só pode ter sido colocada em mim pelo próprio Deus. Logo, ele existe. Se não existisse teria de admitir que fui eu que coloquei essa ideia em mim. Ora, isso parece impossível, pois se eu fosse capaz de colocá-la em mim seria tão perfeito que, antes, me daria todas essas perfeições em lugar de referi-las a uma ideia. Logo, deve-se admitir que Deus existe. A existência de Deus é, portanto, a segunda certeza de Descartes.

2. Blaise Pascal (1623-1662)

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Em oposição ao pensamento racionalista de Descartes, Pascal aposta tudo na fé e na tentativa de provar a existência de Deus. O Argumento da Aposta consiste basicamente em uma aposta propriamente dita, a qual se direciona a favor ou contra a existência de Deus. Trata-se de um total fideísmo, um jogo às cegas, cujo resultado, dependendo de qual for, terá como lucro o prêmio. Para Pascal, é mais favorável apostar na existência de Deus, visto que o crente, ao apostar em Sua existência, se realmente Ele existir, ganhará tudo (a vida eterna), e se for o oposto, nada perde, pois ao menos cumpriu uma vida ética. Diferentemente do descrente que, quando aposta que Deus inexistente, perde tudo, pois caso Ele exista, não ganhará a vida eterna, pois não viveu uma vida baseada na Lei Eterna, e se a aposta for favorável a ele, também não ganhará nada, pois a inexistência de Deus não acrescentará em nada na sua vida.

3. Baruch Spinoza (1632-1677)

Era holandês e filósofo-judeu, tendo sido excomungado pela Sinagoga Judaica, pois tinha ideias contrárias a Toráh. Como um bom judeu, era conhecedor de hebraico, latim e grego. Sua crítica à religião se dá através da crítica às Escrituras, com a sua famosa obra, o Tratado Teológico-político (TTP). O TTP tem como ponto de partida a questão da inspiração bíblica. A Bíblia é realmente um livro inspirado? Por si mesma, ela pode comprovar a sua inspiração? Spinoza não leva em conta a instituição religiosa, mas o Livro Sagrado. Segundo ele, os religiosos afirmam que Ela foi inspirada por uma questão de política, visando à manipulação. Eles manipulam as Escrituras a fim de dar o sentido que querem para elas. A Crítica ao termo Rûah, que justificaria a inspiração, o fato dos Milagres, desenvolve uma profunda exegese bíblica para chegar a comprovar que a Escritura não é um livro inspirado mas um livro como outro qualquer. E que a mensagem da Escritura é a mesma que está inserida na própria lei da natureza.

A Bíblia é um livro sem interpretação, que apenas serve para ajudar as pessoas a serem felizes ou melhores. Spinoza reflete que a Bíblia só é compreendida de forma metafórica; caso fosse

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

lida literalmente, os homens não a compreenderiam. Como saber se ela não se contrariaria? Como por exemplo: Sempre que a Bíblia concordar com Aristóteles, o seu sentido é literal. A eleição do povo hebreu como um único povo escolhido, excluindo totalmente a Salvação aos outros e a questão de os profetas falarem em nome de Deus são elementos criticados pelo filósofo, visto que as mensagens descritas na Bíblia são ambíguas, passíveis de interpretações e foram escritas por pessoas primitivas no falar. Deus não se utilizaria deste tipo de pessoas, senão ele seria muito inseguro. Para sair de toda a compreensão ambígua, Spinoza desenvolve um Método de Exegese Bíblica, que é usado até hoje pelos exegetas, o Método Histórico Crítico (MHC), e o principal, desenvolve a aplicação do MHC de exegese Bíblica. Spinoza quer provar, com isso tudo, que a religião não passa de uma Política das instituições religiosas, que querem alienar a todos os seus seguidores. Jesus Cristo seria a “salvação dos ignorantes”. Segundo Spinoza, a Bíblia deve ser interpretada à luz natural, não como “inspiração divina” ou “imaginação humana”. Na busca pela Verdade contida na Bíblia, Espinosa conclui que os livros da Escritura contêm a Palavra de Deus, mas que eles mesmos não são a Palavra de Deus. Seu método crítico-histórico insere-se no movimento racionalista, mas não pode ser reduzido apenas a uma tentativa de interpretação “naturalista”. É, antes, uma tentativa de lutar com as armas do pensamento para assegurar as condições políticas, sociais e até religiosas da liberdade de expressão e da busca da verdade.

Spinoza postula que a razão estabelece a existência da substância infinitamente infinita, isto é, Deus, e a sua essência, um Deus imanente, e não transcendente, que, ao criar todas as coisas, permanece nelas. Não se trata de um panteísmo, como costuma ser defendido na modernidade, mas uma centelha de Deus. Esta ideia é apresentada por ele porque em tudo está contida a Lei Natural, e se esta Lei provém de uma Lei Eterna, isto é, de Deus, logo Deus está em todas as coisas. A religião serve apenas para instruir os ignorantes que não têm acesso às informações filosóficas. Tudo que existe é a partir da Lei Natural. Acaso é necessário Deus reorganizar sua própria Lei Natural, se Ele criou tudo de forma perfeita no Seu ato criador? Então, para o filósofo

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

a ideia de milagre seria inconcebível, pois seria o mesmo que dizer que Deus está concertando algo que Ele criou com defeito.

4. David Hume (1711-1776)

No seu pensamento a respeito da existência de Deus, o filósofo inglês empirista parte de um dos argumentos bem conhecidos sobre o assunto, o argumento teleológico. Nesse argumento, tudo o que existe no mundo evidencia a existência de Deus por si mesmo. Baseando-se em um criticismo, Hume desenvolve o argumento de forma incontestável. Hume parte do pressuposto empirista, afirmando que nada está na mente humana que não seja proveniente da abstração pelos sentidos, ainda que as ideias da mente sejam junções de elementos que a sensibilidade captou, inclusive os sentimentos. Assim, Primeiro, se analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais compostos ou sublimes que sejam, sempre verificamos que se reduzem a ideias tão simples como eram as cópias de sensações precedentes. Mesmo as ideias que, à primeira vista, parecem mais distantes desta origem mostram-se, sob um escrutínio minucioso, derivadas dela. A ideia de Deus, significando o Ser infinitamente inteligente, sábio e bom, nasce da reflexão sobre as operações de nosso próprio espírito, quando aumentamos indefinidamente as qualidades de bondade e de sabedoria. Podemos continuar esta investigação até a extensão que quisermos, e acharemos sempre que cada ideia que examinamos é cópia de uma impressão semelhante. E ainda, Segundo, se ocorre que o defeito de um órgão prive uma pessoa de uma classe de sensação, notamos que ela tem a mesma incapacidade para formar ideias correspondentes. Assim, um cego não pode ter noção das cores nem um surdo dos sons. Restaurai a um deles um dos sentidos de que carecem: ao abrides as portas às sensações, possibilitais também a entrada das ideias, e a pessoa não terá mais dificuldade para conceber aqueles objetos. O mesmo fenômeno ocorre quando o objeto apropriado para estimular qualquer sensação nunca foi aplicado ao órgão do sentido.

No seu Tratado da Natureza Humana, Hume parte de uma sociologia da religião, na qual ele não concorda com a evolução do politeísmo para o monoteísmo de forma linear, visto que aqueles

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

que acreditam em vários deuses com limitações podem tranquilamente entender e aceitar um Deus totalmente ilimitado. Entretanto, esse Deus infinito é muito difícil de ser acessado, visto que só é revelado através das escrituras. Desta forma, a “idolatria” do politeísmo estaria de volta, visto que os ignorantes buscam nos santos uma forma de se confortarem, assim passam a cultuar mais os santos do que o próprio Deus. Por fim, o filósofo acredita que essas “idolatrias” cairão à medida que as pessoas forem notando que essa forma de culto não as sacia como deve, retornando assim ao Deus.

Ainda sobre a existência de Deus, Hume começa a escrever um Diálogo sobre a Religião Natural, entretanto, ele não o completa, mas mesmo assim a obra é publicada postmortem. Nessa obra, ele tenta, através de um diálogo, elaborar uma relação entre a religião e a moral e diversos argumentos que comprovariam a existência de Deus, dentre eles: argumentos teleológicos, argumentos cosmológicos e argumento do mal (teodiceia). Hume também trata dos milagres, como fez Baruch Spinoza, isto é, ele entende que não há a possibilidade da existência de milagres, visto que Deus não poderia reorganizar aquilo que ele já criou sendo perfeito. Seria ou uma violação às leis da natureza, ou o próprio testemunho daqueles que atestam o milagre seria algo falso. Sendo assim, é mais fácil acreditar no charlatanismo ou no falso testemunho do que na existência do milagre.

5. Immanuel Kant (1724-1804)

Os primeiros vestígios do termo “filosofia da religião” provém de Kant, a «sentença» foi proferida por Kant, na obra A religião dentro dos limites da mera razão (1793) em que estabelece a «teoria filosófica da religião» (philosophische Religionslehre) que, uma década mais tarde, se chamará «filosofia da religião». É um filósofo prussiano que, na sua obra Crítica da Razão Pura (CRP), retoma a distinção dada por Platão e Spinoza entre razão e intelecto, opinião esta que é distinta da nossa mentalidade pós-moderna. A obra define que há uma faculdade do conhecimento humano, o intelecto, e que a razão não conhece o objeto a que se destina. Ele irá tratar da distinção entre as duas esferas da realidade, o noumeno e o fenômeno. O primeiro é a coisa em

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

si, independente de nossas experiências, e o segundo trata-se da coisa como nós a conhecemos ou como pensamos conhecer. Kant quer verificar quais são as ciências que realmente cumprem o critério científico do juízo sintético a priori, chegando à conclusão de que somente a matemática e a física cumprem o critério, a metafísica estaria de fora, como nos apresenta Zilles: Segundo a metafísica tradicional, a razão busca três conhecimentos fundamentais: a) alma (síntese das vivências subjetivas); b) o universo (síntese das vivências objetivas) e c) Deus (síntese final e suprema).

Kant constata que nenhum desses objetos pode ser conhecido pela razão pura. Jamais se pode chegar à coisa em si, apenas à coisa como ela aparece para mim, pois as categorias apresentadas no juízo pertencem ao sujeito que observa e não a coisa em si. Destarte, Kant começa a elaborar um novo momento para a ética e para a religião, já que a metafísica não seria uma ciência verdadeira como as demais. A moral clássica estava baseada na condicional que afirmava: "se queres ser feliz, deves fazer isto ou aquilo"; concepção com a qual Kant não concorda. Ora, esse princípio deve ser substituído pelo imperativo categórico, isto é, o dever pelo dever. Sendo assim o primeiro princípio da moral, o imperativo categórico, deve ser assim formulado: "Age de tal modo que a tua lei possa ser universalizada". Depois, Kant procura recuperar, pela Ética, as verdades negadas na metafísica. Assim, a liberdade, a imortalidade da alma e a existência de Deus serão postulados. Segundo Platão: "a coisa na minha cabeça"; para Kant: "a coisa em si", a realidade. A manifestação do noumeno à minha consciência, "a coisa para mim". O juízo sintético é o juízo a cujas conclusões não se chega apenas com as proposições oferecidas por ele mesmo, faz-se necessária a experiência para saber a veracidade da razão prática, isto é, são verdades necessárias para a ação moral, mesmo que teoricamente não possam ser provadas.

Kant elabora uma obra que trata da religião e da revelação, A religião nos limites da Simples Razão, na qual ele afirma que uma religião tem dignidade cultural e científica quando corresponde às exigências da própria razão, no caso, da razão prática. Para o filósofo, por meio da razão pura não se chega à ideia de Deus, chega-se a Deus através da razão prática. Porém,

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

este Deus é aceito como um postulado da razão prática, sem o qual não existe a moral. A razão, além de aplicar-se ao mundo sensível e finito, aplica-se a todas as coisas, também às realidades metafísicas: ao mundo, à alma humana e a Deus. Dessa forma, pela razão pura não se pode chegar à existência de Deus, pois no conceito de Deus não há elemento sensível que possa ser apreendido pelas categorias “a priori” do conhecimento (juízos sintéticos a priori). O caminho para chegar ao conhecimento da existência de Deus não é a teórica, mas a aporética. Deus é um postulado da razão prática, para que exista uma moralidade. Para Kant, a religião é a observância de todos os verdadeiros deveres e comportamentos divinos, ela é o reconhecimento das leis morais como mandamentos divinos; logo, a religião não passa do conhecimento das leis morais. A única diferença é que algumas pessoas conhecem as leis morais pela razão, e outras como normas de Deus. Destarte, a religião se reduziria à moralidade. Tudo aquilo que concorda com a razão (prática) pode ser acolhido, o que não combina com as exigências da razão prática não pode ser acolhido dentre as religiões. O fato mais importante é que o cristianismo é o sistema religioso que mais respeita todos os requisitos da razão, portanto, ele tem uma grande dignidade cultural. Desse modo, ao passo que Kant exalta o cristianismo, introduz também os elementos que o reduz. O problema em Kant é a filosofia, exatamente porque reduz à razão natural, nega a categoria da possibilidade que é uma dimensão estrutural da própria razão humana.

6. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)

Para o filósofo alemão, a ciência e a religião não são outras coisas além de “momentos” necessários e logicamente sucessivos do desenvolvimento do espírito. A ciência em si não tem nada de religioso, totalmente indiferente à religião, mas é um momento no processo do ser: ela aponta para um grau mais elevado do conhecimento, de consciência, e, seguindo a direção mesma que indica, o pensamento chega à religião e à filosofia. O mais famoso postulado deixado por Hegel apresenta a razão como absoluta, uma razão que abraça a realidade inteira, como um “Idealismo Absoluto”: a realidade é a manifestação da razão, da ideia. A razão é tudo.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

O desenvolvimento da realidade não acontece de modo linear, mas dialético, superando os obstáculos. Para Hegel, o que na ciência é incompreensível, na arte-religião-filosofia se faz expressão, em que a religião é o ponto alto do espírito, mas que será superada pela filosofia. A dialética hegeliana afirma o movimento trió do espírito, a partir deste se desenvolvem todas as coisas, a saber: Tese, Antítese e Síntese. Tese Antítese Síntese Hegel não tenta justificar ou provar a existência de um Deus, mas se questiona sobre a capacidade de o homem buscá-lo⁴⁹. “Deus deve ser visto como aquele que passa por uma história e nela se revela”, porém, ele não se preenche com os fatos da história, ele faz a história, isto é, espírito absoluto. Para Hegel, a religião se enquadraria no terceiro momento da filosofia do espírito, na fase de síntese, juntamente com a arte e a filosofia, sendo esta última, a síntese final, quando o espírito tomaria consciência de ser Absoluto. Então, a religião ocupa uma fase de síntese anterior, porém, superior à arte. A religião não contempla o Absoluto em forma de conceito, pois ainda depende da matéria para representá-lo. Mas O vê como Absoluto, por isso a religião reveste-se de importância extrema no sistema de Hegel. A figura da divindade se apresenta de forma tríade, seguindo assim o movimento finito do espírito, para Hegel, somente a prova do finito que gera o Infinito é prova definitiva da existência de Deus: colocado o finito, e este se coloca necessariamente, o Infinito se faz, por movimento dialético. O cristianismo é a religião suprema, pois é proposta de síntese, no espírito, entre o abstrato e o concreto, na forma da Trindade. Assim, o Deus do cristianismo representa a perfeita imagem da religião, pois ela representa a perfeita síntese entre o Pai (Abstrato, espírito absoluto – Tese), o Filho (Concreto, homem – Antítese) e o Espírito Santo (Natureza superada – Síntese).

7. Friedrich Nietzsche (1844-1900)

Nietzsche foi um filósofo contemporâneo, que se destacou do meio de todos os críticos da religião ao afirmar “DEUS MORREU”, representa com grande força todo o seu período filosófico. Não há uma corrente de pensamento ou de doutrina propriamente ditos, entretanto, o próprio autor se auto afirma dizendo: “Eu não sou um homem, sou uma dinamite”, isto é, o destruidor.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Nietzsche parte do pressuposto de que todas as coisas, toda a realidade, devem ser compreendidas na perspectiva do caos, da desordem, e não uma organização, um cosmos, que limita todas as coisas, desenvolvendo, assim, a ideia da disputa de “poderes” entre o chamado espírito apolíneo e o espírito dionisíaco. O espírito apolíneo, que é o espírito da beleza, da ordem, da proporção, submeteu a si o espírito dionisíaco, que representa o instinto, o impulso, a emoção. Sócrates e o Cristianismo seriam os expoentes máximos desse desequilíbrio, isto é, da preponderância do apolíneo sobre o dionisíaco. O homem socrático, assim como o cristão, é prisioneiro da racionalidade. Importa, pois, reverter essa situação. Na obra Assim falou Zaratustra, o filósofo busca trazer a resposta sobre essa proposta de domínio do opressor, isto é, da religião, sobre os fracos. Trata-se da libertação daqueles que se encontram cativos sob o peso da moral e, por consequência, da religião. As metamorfoses propostas no livro representam o processo e as imagens daqueles que estão atrelados à religião, propondo o meio de sair dessa cadeia.

- O camelo: representa o homem fraco, oprimido pela moral e pela religião, que não consegue por si só se libertar.
- O leão: representa o forte, o libertador e desmistificador da moral e da religião. (YHWH), o Deus de Israel. Inspirada metaforicamente no profeta Zoroastro. Com a ruptura da metafísica tradicional, perderam-se os valores da ética e da religião que estariam a ela atreladas. Assim, não se tem mais a ideia de organização e sim do caos proposto por Nietzsche.
- O menino: representa o inocente, que ama a vida, símbolo do caos, da força vital e da exuberância, que consegue observar o eterno retorno e nele aproveitar tudo o que a vida propõe. Trata-se do novo homem. O menino representa a força da vida, o caos, o símbolo da única vida que temos. E aqui surge o tema do eterno retorno. Voltaremos sempre a esta vida: a esta sala, àquela teia de aranha, a esta mesma carteira, a esta cena eterna... Só a criança pode amar isso, pois só vê isso. Mas quem conseguir amar o eterno retorno, amará a vida como ela é ou como pode ser, e quererá voltar eternamente a este mundo, pois, na verdade o

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

mito do eterno retorno é expressão do amor ao mundo: "Viva a vida", insistirá, com frequência, Nietzsche.

Para Nietzsche, o novo homem só nascerá quando o libertador proclamar que "DEUS MORREU", pois desta forma morrerá toda a metafísica e, por conseguinte toda a estrutura da moral e da religião, assim, o novo homem estaria livre para viver a vida, aproveitando o espírito dionisíaco. O ideal, para ele, é o homem viver livremente e não oprimido, viver seus instintos e emoções, mas para isso, deve-se eliminar a ideia de Deus, ou ao menos viver como se Deus não fosse o fundamento das coisas, isto é, moral. Em outras palavras, morreu, na verdade o Deus-fundamento, porque o sistema que o criou chegou ao fim, isto é, Nietzsche proclama, com grande sensibilidade religiosa e moral, a morte de um Deus silencioso, distante, do Deus que não está presente no homem, com quem este não pode mais relacionar-se. O homem novo depende desse anúncio. O mundo moderno está cheio de ideias cristãs que enlouqueceram. Deus não dialoga com o homem, justamente porque o homem não vive como se ele existisse. O que Nietzsche quer defender com a proposta da morte de Deus é que os cristãos vivem como se Deus estivesse morto, pois há uma decadência do sistema religioso e principalmente da própria falta de crentes. As Igrejas se tornaram "túmulos de Deus" e junto com Deus foram ali enterrados todos os pressupostos metafísicos (ética e religião). A proposta do filósofo é matar o "Deus" que foi "criado e manipulado" pelo sistema religioso, não propriamente o Deus verdadeiro, e sim um Deus que faz com que povos se matem e derramem sangue em seu nome ou que o sistema finja que o prega "verdades", mas o que querem é usá-lo para manipular os outros.

8. Sigmund Schlomo Freud (1856-1939)

Sigmund Freud não foi um filósofo, sua análise a respeito da religião não possui importância nenhuma para a Filosofia da Religião. Assim, ela passa a ser conhecida pelo fato de se compreender, sob a perspectiva contemporânea, após a crise metafísica, como que o fenômeno religioso é tratado, mesmo sendo uma crítica psicanalista à religião. Uma crítica à existência de Deus partindo de uma análise psicológica da religião não é válida, pois incorre em erro de lógica

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

quanto à verdade de seus argumentos. Para o psicanalista austríaco, que tinha a sua área de pesquisa voltada para a histeria e a hipnose, nas experiências a respeito da histeria, por detrás dela, sempre havia um transtorno sexual fundado em complexos passados. Em sua psicanálise, Freud desenvolve a teoria de que as crianças já nascem com impulsos sexuais, mais especificamente, eróticos. Para ele, a sexualidade infantil irá se desenvolver em três fases, a saber: oral, anal e fálica. Todos os traumas da vida adulta irão depender de uma falha no desenvolvimento de uma dessas áreas.

Na primeira fase, a fase oral, que se situa no primeiro ano de idade, a criança desenvolve o prazer oral devido ao se alimentar no seio da mãe, aprender a colocar as coisas na boca e ainda o chupar a chupeta ou o dedo.

Na segunda fase, a fase anal, que varia entre os dois e três anos de idade, a criança passa a sentir prazer na evacuação, descobre-se independente nas suas necessidades fisiológicas.

Na terceira fase, a fase fálica, entre os quatro e cinco anos de idade, a criança nota a diferença, ao observar as demais, em seu órgão genital. Nessa última, as meninas têm o costume de notar a ausência do órgão genital.

Após a infância, o jovem passa por um processo também de transtornos sexuais, afirma Freud. Para esse transtorno, Freud desenvolve em sua obra *A Interpretação dos Sonhos* (1899) que todos possuíam algo de semelhante à história de Édipo Rei, isto é, os pais se tornam objetos de libidinais dos seus filhos. O filho se interessa pela mãe e a filha pelo pai, gerando ciúmes e rivalidades do filho para com o pai, entretanto, o EGO do menino, por medo, pois reconhece que entre ele e o seu pai, o pai é o mais forte, se coloca em seu lugar dentro da família. O pensamento de Freud se completa com a obra *Totem e tabu* (1913), na qual ele observa que nas civilizações primitivas, o Complexo de Édipo era muito comum, pois os filhos dominavam as mulheres das tribos e matavam os homens, no caso seus pais, para serem os líderes. Entretanto, surge o ressentimento pelo ocorrido e faz com que ele crie objetos, isto é, totens para um ser divino a fim de que ele se expiasse e, ao mesmo tempo, não seja punido pelo que fizera. “Ela traz consigo essas tendências ao vir ao mundo e é desses primeiros germes que, no

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

curso de uma evolução plena de vicissitudes e com numerosas etapas, nasce a sexualidade dita normal do adulto”. Baseado na tragédia grega de Sófocles. Freud em Totem e Tabu via no sacrifício totêmico uma das formas coletivas de libertação do complexo de Édipo, do sentimento de culpa. Pois nas sociedades primitivas os pais monopolizavam as mulheres. Os filhos rebelaram-se e mataram o pai. Dominados pelo sentimento de culpa, procuraram redimir-se criando o culto totêmico, que para Freud, é a forma mais primitiva de religião. Em síntese, a religião é uma consequência da “neurose obsessiva universal” do homem para suprir o sentimento de culpa que é totalmente psicológico. Destarte, A religião não tem feito homens felizes. A religião é consequentemente neurose obsessiva: o neurótico não quer acertar a dura realidade da vida e do mundo como é. É um pacto social, baseado na renúncia ao comportamento instintivo. É o sentimento de culpa que origina a religião; tendo esta, portanto origem totalmente psicológica. É o inconsciente, o irracional. A neurose é o mosteiro para o qual costumam retirar-se aqueles que estão desiludidos da vida ou que se sentem fracos para enfrentá-la. “O fundamento último da religião é o desamparo infantil do homem”. Desta forma, os argumentos de Freud sobre a religião não podem ser considerados provas incontestáveis, além do mais, o mesmo argumento usado por ele para se provar a existência da religião por questões afetivas, também é usado com relação aos que não têm religião.

Freud, com a psicologia da religião, estaria entre a crítica da religião e a sociologia da religião “O crente está ligado aos ensinamentos da religião por certos vínculos afetivos. Contudo, indubitavelmente existem inumeráveis outras pessoas que não são crentes, no mesmo sentido.” Sociologia da Religião proposta por David Hume anteriormente vista.

5) CONSCIÊNCIA DA FENOMENOLOGIA DA RELIGIÃO

O ponto principal da Fenomenologia da Religião está no fenômeno religioso, isto é, os principais aspectos que representam a religiosidade do homem no seu dia a dia. Gestos, posturas e ações perpetradas pelo homem para as quais, muitas vezes, ele mesmo não encontra sentido, mas é dessas atitudes que a Fenomenologia da Religião irá se utilizar como objeto. A Fenomenologia da Religião trata de descrever por que o homem em sua natureza é um ser religioso, mas também não se limita a uma explicação meramente descritiva da religião e seus fenômenos, pois abrange o próprio sentido ontológico da mesma. Destarte, [Se a atitude do pensador] Se ela procura dizer o que a religião é, o faz ou de modo descritivo ou genético, ou seja, especulativo. No primeiro caso, temos uma fenomenologia; no segundo, uma metafísica da religião.

A religião é um fenômeno próprio do homem e faz o homem refletir sobre o seu fim último, suprimindo todas as necessidades de justificativas que venham a surgir na mente do homem. Ela se encontra presente, mesmo que natural, em tudo, mesmo no caso daqueles que se intitulam “a-religiosos”, por questões sociopolíticas, visto que não se pode afirmar a existência das coisas sem uma relação de causa e efeito. Não se pode admitir que as coisas estejam no universo de

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

forma caótica, como afirmava Nietzsche, pelo contrário, deve-se aceitar uma lei que organiza todas as coisas. Caso contrário, de nada valeria a ciência e a experiência de causa e efeito. Por exemplo: nem todos os aviões voariam, pois não existiria uma lei natural e física que os fizesse voar, ou simplesmente, um avião poderia voar e outro não. A questão toda é: se existe uma relação de causa e efeito, pressupõe-se uma causa anterior, primeira a todas as outras, esta causa, para os teístas, denomina-se “Deus”.

1. A Fenomenologia

Quando se fala de Fenomenologia da Religião, está sendo posto em evidência a fenomenologia propriamente dita. Por fenomenologia entende-se um método de filosofia que se propõe em abordar o meio pelo qual se chega ao conhecimento. Partir-se-á da principal escola fenomenologia, proveniente do pensamento de Husserl, a qual observa o fenômeno a partir da redução fenomenológica, através da epoché (ἐποχή). Ela suspende o juízo sobre os principais elementos do mundo exterior, a fim de que possa postular apenas o conhecimento particular de cada indivíduo, buscando encontrar o objeto, a coisa em si para cada um, para assim reduzir o objeto à ideia. Neste mesmo caminho segue a Fenomenologia da Religião, que busca chegar ao conhecimento dos fenômenos religiosos não sobre um olhar religioso específico, mas através de uma redução fenomenológica, suspendendo determinados juízos a fim de chegar ao objeto de conhecimento.

2. O sagrado e o profano na história

Já tendo compreendido a relação entre o fenômeno e o noumeno kantianos e, principalmente, tendo já a teoria do conhecimento aristotélica, podemos intuir que o fenômeno religioso se dá a partir do momento em que o homem vai ao encontro do sagrado que há na realidade do mundo. O tempo também não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem contínuo: há um tempo sagrado e um profano. O tempo sagrado é, por natureza, reversível, isto é, significa a reatualização de um evento sagrado acontecido nos primórdios. Para o homem religioso, a

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

natureza nunca é exclusivamente natural: está carregada de valor religioso. A natureza dessacralizada é descoberta recente, acessível apenas a uma minoria das sociedades modernas, especialmente cientistas.

Quando Spinoza identifica Deus com a Natureza, tudo se torna natural. O mundo mudou e com as suas mudanças à percepção de sagrado também, os juízos. A partir da filosofia Moderna, há uma crise da metafísica, uma ruptura com todo e qualquer juízo metafísico existente na filosofia, o empirismo, o racionalismo e o criticismo passam a ganhar um maior espaço e por isso a metafísica é posta de lado. O motivo deste rompimento chama-se niilismo, a filosofia do nada. Com essa ruptura dos valores metafísicos, o sagrado, tão defendido pelos escolásticos, perdeu seu valor, desta forma o homem contemporâneo não entende mais o que realmente é um tempo sagrado, mas vive no profano. Mircea Eliade (1907-1986), famoso historiador da religião, em uma de suas obras, O Sagrado e o Profano, relata esse aspecto de que o homem mais tradicional vivia uma atmosfera de sacralidade e o homem contemporâneo vive uma atmosfera mais dessacralizada, Religião, Ética e pressupostos Metafísicos. O niilismo defende uma morte do sentido na busca pelas causas profanas. Para ele o sagrado e o profano são dois modos de ser no mundo. Desta forma a análise desta temática não é apenas de interesse da religião, mas sim, da sociologia e da filosofia também. Eliade irá tratar deste tema abordando os seguintes elementos constitutivos da religião: o Sagrado, o Profano e o Culto; desdobrando-os no Espaço Sagrado, no Tempo Sagrado, na Religião Cósmica e na Existência.

2.1 O Espaço Sagrado

Sobre o Espaço Sagrado, Eliade nos apresenta como sendo heterogêneo e não homogêneo, o espaço possui rupturas, brechas. O homem religioso vê esta dimensão do espaço e identifica a divisão entre o espaço sagrado e profano, sendo o sagrado o espaço real e o profano a extensão. O espaço sagrado tem sua origem no cosmos, na organização, o homem religioso não admite o caos, ele necessita de ordem. Trata-se de uma abertura para o transcendente, para o divino.

2.2 O Tempo Sagrado

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Sobre o tempo, Eliade identifica, bem como o espaço, algo de sagrado e algo de profano, não é homogêneo e nem contínuo, mas sim cíclico. O tempo sagrado é caracterizado por um tempo que está fora do nosso tempo, reversível e primordial. Trata-se de um tempo fora da temporariedade, um kairós, um tempo de festas. O tempo profano é o tempo dos atos religiosos individuais, isto é, o cotidiano que tem começo e fim, entretanto, se distingue do sagrado.

2.3 A Religião Cósmica

A natureza humana está repleta de valores religiosos, isto é, as ações religiosas que são feitas pelo ser humano durante seu cotidiano e muitas vezes ele nem percebe. A natureza nunca é natural puramente, ela é carregada de sentidos. Desta forma, “o mundo apresenta-se de tal maneira que, ao contemplá-lo, o homem religioso descobre os múltiplos modos do sagrado e, por conseguinte, do Ser”, que é Deus. O homem tem facilidade com o maravilhar-se de toda a obra da natureza.

2.4 A Existência

O comportamento do homem religioso é o ponto principal abordado por Eliade, pois o homem religioso está aberto ao mundo, por ele estar no mundo, como visto anteriormente. A existência do homem religioso é “aberta” para o mundo; vivendo, o homem religioso nunca está sozinho, pois ele participa do mundo. A abertura para o mundo permite ao religioso conhecer-se conhecendo o mundo – e esse conhecimento é precioso para ele, porque é conhecimento religioso, refere-se ao Ser. Essa abertura ao ser é o caminho da santificação da existência humana. Diferentemente, o homem não religioso permanece centrado em si mesmo e não se abre para o mundo; ele não observa no mundo o sagrado, que é uma característica típica do homem moderno. “Para os modernos desprovidos de religiosidade, o Cosmo se tornou opaco, inerte, mudo: não transmite nenhuma mensagem, não carrega nenhuma “cifra”.

Eliade cita, a exemplo deste tema da existência, os rituais sejam de passagem ou iniciação, que, para o religioso sempre, têm um sinal de conversão, mudança ontológica (vida santificada); já para o não religioso, são apenas momentos com algum significado próprio dos seus. O curioso é que mesmo aos não religiosos a religiosidade ainda está presente, ainda que a neguem, o

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

homem religioso teria perdido a capacidade de viver conscientemente a religião e, portanto, de compreendê-la e assumi-la; mas, no mais profundo de seu ser, ele guarda ainda a recordação dela, da mesma maneira que, depois da primeira “queda”, e embora espiritualmente cego, seu antepassado, o Homem primordial, conservou inteligência suficiente para lhe permitir reencontrar os traços de Deus visíveis no Mundo. Destarte, pode-se inferir, através do pensamento de Eliade, que tanto para o religioso como para o não religioso, compreendem-se as distinções de sagrado e profano e também se conseguem distingui-las no espaço e no tempo.

A novidade trazida por Eliade é a religião cósmica e a existência que estão intimamente ligados a esses. O homem religioso enxerga o espaço ao seu redor e consegue identificar o que há de sagrado, bem como, sabe também necessita da ordem (lei) para sobreviver identificando em todas as coisas a causa primeira que organiza tudo, contemplando com sua existência tudo. O homem não religioso não consegue compreender e contemplar esses elementos existenciais, observando-se assim um problema em sua ontologia, pois não consegue compreender sua participação no cosmos e a própria Lei que o ordena. Trata-se de se maravilhar com o sagrado e com todas as coisas exteriores.

6) O QUE É A METAFÍSICA DA RELIGIÃO?

Quando se fala em Metafísica da Religião, imagina-se algo sobrenatural para a compreensão do homem, porém esta é a disciplina que supõe, como ciência das causas primeiras, o ser como fundamento do ente religioso. Tratar-se-á do homem e a tendência para o Bem Supremo. As

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

justificativas e o meio pelo qual o homem busca encontrar-se com o divino e que são inerentes a si, isto é, as causas primeiras de sua busca.

A sociedade atual parece criticar os que são teístas e principalmente os cristãos, pois não consegue considerar a figura de um Deus. Ao se abrir mão dos pressupostos religiosos e ficando apenas com a filosofia, substitui-se a palavra “Deus” por “causa primeira”, como afirmara o Aquinate: “Ad secundum dicendum quod forte ille qui audit hoc nomen Deus, non intelligit significari aliquid quo maius cogitari non possit, cum quidam crediderint Deum esse corpus. Dato etiam quod quilibet intelligat hoc nomine Deus significari hoc quod dicitur, scilicet illud quo maius cogitari non potest; non tamen propter hoc sequitur quod intelligat id quod significatur per nomen, esse in rerum natura; sed in apprehensione intellectus tantum. Nec potest argui quod sit in re, nisi daretur quod sit in re aliquid quo maius cogitari non potest, quod non est datum a ponentibus Deum non esse.” – Traduzindo: “Pode ser aquele que ouve a palavra de Deus a entende significar algo que não pode ser maior, visto que alguns acreditaram que Deus é um corpo. Admitido, também, que todos entendem que isso é significado pelo fato de que se diz ser o nome de Deus, isto é, aquele do qual nada maior pode ser pensado, o que não é, entretanto, por causa disso, segue-se que ele entende qual é o significado de uma palavra, estar na natureza das coisas; Mas ele existe apenas. Nem pode ser argumentado que ele realmente existe, a menos que seja admitido que realmente existe algo além do qual um maior não pode ser concebido, que eu não foi dado a eles por aqueles que sustentam que Deus não existe.”

1. A Religião como manifestação

A religião possui elementos próprios que a determinam como religião, por exemplo, o Culto. O Culto é fruto da justiça, pois consiste em dar a Deus o que lhe é devido, uma resposta a todas as expectativas que o homem tem de um ser supremo. Não há uma religião se não houver o culto, pois é por meio deste que ela se manifesta. Não se trata de uma obrigação humana, mas de uma escolha, ou melhor, “re escolha ou reeleger”, pois através da fenomenologia se pode observar que o homem é naturalmente religioso, então, cabe a ele optar por praticar sua

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

religiosidade. E essa prática está totalmente vinculada ao diálogo entre o homem com a divindade, sendo assim, o culto é indispensável.

A religião se manifesta pelo culto, tanto externo como interno. Assim, a riqueza do culto exprime a riqueza das vivências e da própria manifestação divina. Mas a εὐδαιμονία (eudaimonía), isto é, Bem Supremo, felicidade, talvez quem ouve o nome “Deus”, não entenda que se trate de algo que não possa ser pensado maior, pois alguns acreditaram que Deus fosse um corpo. Mas mesmo que todos entendam que este nome “Deus” signifique algo que não pode ser pensado maior, isto não significa que entendam que o que é significado por este nome exista na realidade, mas somente na apreensão da inteligência.

2. O Ser metafísico

Destarte, tendo encontrado o valor do culto na religião, observa-se a ciência do ente enquanto ente, isto é, a metafísica. A final, o que tem haver a metafísica com o culto e a religião? De forma alguma a metafísica é religião ou até mesmo ética ou quaisquer disciplinas filosóficas. Que se pode avaliar é a busca do ser partindo destas disciplinas, no caso que convém, a metafísica da religião. Pode-se então demonstrar que o homem é naturalmente religioso. O homem realiza atos que são estritamente religiosos (pelas teses VIII-XI), ou seja, irreduzíveis a qualquer outra manifestação humana. Ora, como todo efeito há de ter uma causa proporcionada, deve-se concluir que o homem é naturalmente religioso. Ademais, o homem tende, por natureza, ao Sumo Bem, que é Deus, objeto da religião. Como nenhuma tendência da natureza pode ser frustrada pela própria natureza, deve-se dizer que o homem tende a Deus e, conseqüentemente, à religião. O fato é que, o homem ao realizar determinados atos, como fora analisado anteriormente, explicitam um caráter de religiosidade, manifesto principalmente no culto onde o homem busca chegar cada vez mais ao Bem Sumo que ele tende. Desta forma, retomam-se todos os elementos apresentados na fenomenologia anterior, visto que a existência do homem está intimamente ligada. Assim, “o ser que emerge como ato, e, portanto, como ato de todo fenômeno, é o princípio que funda a metafísica da religião”.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A religião é a santificação da vida, por isso sempre inclui uma ética, embora a ultrapasse. A vida como um todo é suscetível de ser santificada: é imanente e transcendente, como o próprio Ser e a vivência que dele temos. A vida, enquanto desenrolar da existência humana, é participação que transcende a própria imanência em que ela se encontra. Na busca da santidade perdida e de uma nova salvação para o homem, erra Spinoza, quando unifica o real através da imanência do ser, porque a santidade é a aplicação que a alma faz de si mesmo, de seus pensamentos, de todos os seus atos a Deus, portanto supõe a transcendência.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

7) UMA COMPREENSÃO CORRETA ENTRE TEOLOGIA E FILOSOFIA

“Jamais devemos desprezar o que não conhecemos, sem primeiro conhecer o que nós desprezamos.”

Esta é a mais pura versão da verdade, a falta de conhecimento da filosofia, fez com que alguns estudantes de teologia desprezassem a filosofia. Mas o seu sentido da filosofia é muito belo – amor à sabedoria. Não devemos nós amar a verdadeira sabedoria? Não nos manda as Escrituras buscar a sabedoria a qualquer preço? Bem-aventurado o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire conhecimento (Provérbios 3.13). Logo, de algum modo, a filosofia é importante. Claro que a sabedoria bíblica difere da grega. Ela nunca foi especulativa, nunca sondou certos assuntos que os gregos sondaram. A sabedoria hebraica era prática, relacionada às questões mais imediatas da vida. Essa é apenas uma das diferenças. Há, porém, mais duas diferenças essenciais e que precisam ser reconhecidas e levadas em conta, sempre que procuramos nos aproximar da herança do pensamento grego.

Em primeiro lugar, na sabedoria bíblica, Deus é o centro. Ninguém que O ignore pode ser considerado sábio. O verdadeiro conhecimento, a verdadeira inteligência, a verdadeira sabedoria não apenas O incluem, mas começam Nele. O temor do Senhor é o princípio do conhecimento e da sabedoria (Pv 1.7; Jó 28.28). Qualquer sabedoria que não comece nele será incompleta. Não podemos negar que sempre houve na história homens sábios, mas aqueles que deixaram Deus de fora foram deficientes em seus conhecimentos. Nada é completo sem Ele, nem a maior das sabedorias. Quem diz que Deus não existe, é tolo (Salmo 14.1)

Em segundo lugar a sabedoria bíblica é fruto da revelação e não da mera capacidade humana de raciocinar, de pensar, de deduzir. Destas [coisas divinas] também falamos, não com palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo ensina... (1 Co 2.13). De modo algum o apóstolo Paulo era um ignorante da filosofia grega. De modo algum ele era ignorante quanto a sabedoria humana, fruto da experiência e da vivência. Mas aquilo que ele estava expondo não tinha origem no homem, mas em Deus.

Qualquer pessoa que queira estudar teologia e que se aproxime da filosofia tem que entender muito bem a diferença entre ambas. Do contrário, estará tentando unir coisas de naturezas diferentes como se fossem iguais. O híbrido que disso tem surgido não chega a ser filosofia, mas com certeza é uma falsa teologia. Não revela a Deus e ao Seu plano, mas os esconde. Sem dúvida, ambas possuem pontos convergentes. No entanto, ambas com certeza possuem pontos divergentes e se esses pontos forem ignorados teremos distorções na compreensão da realidade ao invés de um resultado coerente.

O PONTO DE ENCONTRO ENTRE AS DUAS

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

O ser humano é um “animal em busca de respostas”. Respostas para perguntas que só ele faz. Quem sou, de onde vim, para onde vou, que faço aqui. Muito cedo, senão todos, ao menos as mentes reflexivas se deparam com essas questões e são essas que levam as pessoas para muitos lugares e as levam a fazer inúmeras coisas. Não são as respostas que movem o mundo e sim as perguntas. E quando lemos a Bíblia estamos em busca de repostas para elas, da mesma forma que faziam os filósofos pré-socráticos quando contemplavam as estrelas nos campos da Ásia Menor.

Com certeza, isto não torna as respostas da Bíblia iguais às respostas da filosofia. No entanto, demonstram o mesmo ser humano igual em todos os tempos e lugares ansiando por entender o significado de sua existência. A filosofia e a religião [teologia] lidam com as mesmas questões básicas. Os cristãos, especialmente os cristãos evangélicos, tendem a esquecer disso. A filosofia e a teologia não tratam de questões diferentes, embora deem explicações diferentes e usem terminologia diferenciada.

Outro fato importante é que as filosofias têm se desenvolvido em sistemas complexos buscando explicar tudo ao seu redor. E essas explicações diversas são abraçadas por um número cada vez maior de pessoas. Muitas delas se oferecem como uma opção diante do cristianismo e seus adeptos se apegam a elas, muitas vezes, com um fervor igual ou maior do que a uma religião. Desse modo, temos vivido em um mundo onde o cristianismo não é unânime e onde diversas correntes filosóficas disputam o espaço na ágora, querendo ser ouvidas não como uma ideia, mas como uma verdade inquestionável. E nesse ponto, vem o conflito com o cristianismo, dentro das salas de aula, nas academias, nos livros, na internet, na cultura de um modo geral. Conhecer tais filosofias se tornou uma necessidade. Os cristãos têm tendido a desprezar o conceito de filosofia. Esta tem sido uma das fraquezas do cristianismo evangélico ortodoxo – temos nos vangloriado em nosso desprezo à filosofia e nos orgulhado excessivamente da condenação de tudo quanto diz respeito ao intelecto. Nossos seminários teológicos dificilmente fazem qualquer relação entre a sua teologia e a filosofia, principalmente no que diz respeito à filosofia contemporânea. Assim, os estudantes formam-se nos seminários teológicos sem a mínima noção de como relacionar o cristianismo às visões de mundo ao seu redor. Não que eles não saibam respostas. Pelo que tenho observado (...) desconhecem as perguntas.

SERIA A TEOLOGIA É DO CÉU, E A FILOSOFIA DA TERRA?

Mas há algo que não pode ser esquecido dentro desse ambiente que manuseia tanto a teologia quanto a filosofia. A primeira tem como matéria-prima básica, a revelação nas Escrituras. A segunda assenta-se sobre a razão humana reclinada sobre o mundo. A primeira não despreza a razão, mas tem nela uma mera ferramenta com a qual garimpa aquilo que Deus disse. A segunda desconhece ou desconsidera a possibilidade de revelação, e se entrega às apalpadelas racionais, considerando a razão uma espécie de deusa infalível.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A luta entre fé e razão não é nada nova. Vem desde os primeiros tempos quando o Evangelho deixou o reduto hebraico e penetrou no mundo da cultura greco-romana. Paulo, ou melhor Shaul, estava em Atenas, em pleno areópago, onde os dois mundos se encontraram. A partir dali os grandes pensadores cristãos estiveram lutando ao longo dos séculos para conciliar fé e razão. E na Idade Moderna, com a vinda do Iluminismo a razão divorciou-se definitivamente da fé e a filosofia começou sua jornada solitária em conflito com todas as verdades trazidas pela revelação. E então a filosofia tem escolhido seus próprios caminhos muitas vezes se recusando a aceitar que existe uma revelação divina sem a qual, qualquer busca, por melhor que seja, será “um cego procurando em um quarto escuro, um gato preto que lá não está”. Um ateu, diante dessa frase, disse que “o teólogo é o cara que achou o gato”. Não. O teólogo sempre esteve com o gato em suas mãos, porque com humildade aceita a revelação divina dada aos homens por meio da inspiração das Sagradas Escrituras. E a partir dela formula as respostas que tanto a religião quanto a filosofia buscam.

QUANDO A TEOLOGIA ENTENDE A FILOSOFIA E SUA IMPORTÂNCIA

Seria muito bom se toda teologia reconhecesse a superioridade da revelação sobre a razão. Infelizmente, a teologia nos últimos séculos tem sido apenas o reflexo da má filosofia ao seu redor. Ao invés de entender seu papel profético, de denunciar todo intelectualismo enganoso, ela deixou-se seduzir por uma verbalização complexa e enganosa, submetendo-se a falsos pressupostos. Filosofias humanas, de fato, engoliram as teologias divinas. Ao invés da teologia ser a exposição das Escrituras, tornou-se uma exposição das filosofias ao redor. O ouro do templo foi trocado por bronze. Talvez de modo simplificado, podemos falar de três sistemas filosóficos que perverteram o pensamento teológico no decorrer dos últimos quatro séculos: o naturalismo, o existencialismo e o marxismo.

O naturalismo negava a existência do transcendente, do milagroso, da possibilidade do sobrenatural. O segundo reduziu tudo à mera experiência humana, criando um abismo entre realidade e subjetividade que tentava salvar a fé transformando-a em algo menos do que confiável. E por fim, o terceiro, o marxismo, que reduziu o homem a um mero ser social. A teologia, primeiramente alemã, foi seduzida pelo marxismo e criou a teologia liberal que não passa de incredulidade disfarçada. Tentou explicar os milagres racionalmente e toda história bíblica não era mais Deus se revelando aos homens, mas somente homens relatando suas experiências religiosas. Teologia tornou-se antropologia.

No existencialismo, os neo-ortodoxos, como Barth, Bultmann e Brunner, tentando “salvar a fé”, abraçaram o existencialismo e continuaram negando a realidade concreta dos acontecimentos bíblicos. A ressurreição de Cristo, por exemplo, não havia acontecido em algum lugar e em algum modo, mas somente na percepção dos discípulos. Não havia necessidade de fatos para confirmar a fé. A fé era superior aos fatos. A subjetividade não dependia da objetividade. A teologia tornou-se psicologia.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Já no marxismo, o homem social, o homem econômico, é a única realidade. A transcendência, o além e a vida eterna, bem como a realidade divina não são preocupações dignas. É o aqui e o agora que importam. A utopia humana precisa ser construída pelo e para o homem. E a religião pode ajudar se deixarem de lado sua mensagem transcendente e se tornarem instrumentos de transformação social. O Evangelho Social, a Teologia da Libertação e a Teologia da Missão Integral são frutos dessa rendição da teologia. A teologia tornou-se sociologia. Bons teólogos devem saber fugir dos enganos filosóficos e teológicos para poder prestar um serviço significativo ao Reino de Deus. É o que mostra o testemunho de John Piper: “O que vi no sistema educacional teológico e na vida da igreja estatal na Alemanha confirmou muito daquilo que eu não pretendia me tornar. Ali estavam eruditos proeminentes, sobre os quais todos aqueles que estavam na vanguarda americana expressavam admiração e prazer, ensinando de uma maneira que era exegeticamente intransferível, insubmissa às Escrituras e indiferente à vida da Igreja. Fiquei desiludido com tal erudição. Parecia norteada pela necessidade de aprovação dos nobres. Usava jargões técnicos que somente os de dentro poderiam entender e que frequentemente ocultavam ambiguidade. (...) Havia o uso de habilidades linguísticas para criar imprecisão e ocultar superficialidade.”

POR QUE DEVEMOS CONHECER A FILOSOFIA AO INVÉS DE DESPREZÁ-LA?

Há uma grande importância em conhecermos a filosofia. Não para nos rendermos a ela e ter nossa teologia verdadeira, filha da revelação divina, escravizada a pressupostos humanos. Mas para que entendamos para onde tem caminhado um mundo que trocou os mananciais das águas vivas por cisternas rotas que não retêm a água (Jeremias 2.13). Conhecer os pontos divergentes e convergentes entre as filosofias e a teologia pode nos ajudar a tocar os corações onde precisam ser tocados e a expor os enganos que prendem as pessoas pela sua mente. Nosso trabalho também é destruir “raciocínios enganosos e toda altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus” (2 Co 10.5). Não conseguiremos ajudar as pessoas com seus raciocínios enganosos se não formos capazes de identificar tais enganos. A verdade revelada liberta das mentiras engendradas pelas vãs filosofias.

Concluindo, estamos em um mundo que vai se tornando cada vez mais dominado pela academia. E nem sempre essa academia é salutar. Ela foi dominada por ideologias várias e estranhas que mergulham os homens no engano e na destruição. Nosso dever como teólogos verdadeiros e expor falsas teologias e falsas filosofias. Isso é amor à verdade e amor aos que nem sempre são aptos para discernir esses sutis enganos. Como dizia C.S. Lewis (alguém com uma mente extraordinária, um conhecimento filosófico excepcional e um reconhecimento de que a compreensão da filosofia é essencial para quem quer discernir a boa da má): “Ser ignorante e inocente nesses dias – tornando-se incapaz de confrontar os inimigos em seu próprio território – seria como lançar ao chão nossas armas e trair nossos irmãos de pouca formação, que não possuem, abaixo de Deus, nenhuma defesa, exceto nós, contra os ataques intelectuais dos descrentes. A boa filosofia tem de existir, se não houvesse outra razão, porque a má filosofia precisa ser contestada”

CONCLUSÃO DO CURSO

“Mas, examinai todas as evidências, retende o que é bom.”

I TESSALONICENSES 5:21

Como estudado, observamos que são inúmeras as teorias das buscas do homem por compreender o transcendente. São tão vastas que se estendem até os nossos dias.

Porém, nosso intuito não se tratou de elaborar um longo e exaustivo trabalho, passando por toda a história da filosofia para compreender o caráter religioso de cada pensador, e sim de buscar identificar as principais características, dentro do pensamento filosófico, do fenômeno religioso.

Esperamos que este estudo tenha ajudado ao aluno a compreensão do quão importante é este estudo tanto para o filósofo quanto para aqueles que advêm da religião, mostrando que o entendimento é a melhor forma de nos adequarmos e buscarmos uma fonte segura onde ancoraremos nossa fé e consciência.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Que Deus, o eterno Senhor e Criador, continue te abençoando!!

REFERÊNCIAS

- BROWN, COLIN, Filosofia e Fé Cristã, São Paulo, Vida Nova, 2007
- ALLEN, DIOGENES; SPRINGSTED, ERIC O., Filosofia para Entender Teologia, São Paulo, Academia Cristã, 2011
- ARANHA, M. L.; MARTINS, M. P. Filosofando. São Paulo, Moderna, 2003, p. 124-126.
- MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia. Rio de Janeiro, Zahar, 2007
- CHAUI, MARILENA, Convite à Filosofia, São Paulo, Ática, 2000
- ARISTÓTELES. Metafísica. São Paulo: Loyola, 2002.
- BINGEMER, Maria Clara. Um rosto para Deus? São Paulo: Paulus, 2005.
- BONATTO, Júlio. Curso de Religião y moral. 6. ed. Barcelona: ELE, 1962.
- CROATTO, José Severino. As linguagens de experiência religiosa. São Paulo: Paulinas, 2001.
- ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUME, David. A Investigação acerca do Entendimento Humano. Acrópolis, 2006.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LIBANO, João Batista. A religião no início do milênio. São Paulo: Loyola, 2002, v. 8.
- PENZO, Giorgio; GIBELLINI; Rosino. Deus na filosofia do século XX. São Paulo: Loyola, 1998.
- ROCHA, Alessandro Rodrigues. Uma Introdução à Filosofia da Religião. Rio de Janeiro: Vida, 2010.
- SCHAEFFER, Francis. *O Deus que se revela*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007
- JOLIVET, REGIR, Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 1976

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

- PIPER, John e CARSON, D.A. *O pastor como mestre e o mestre como pastor*. São José dos Campos: Fiel, 2011
- Créditos: <https://plato.stanford.edu/entries/philosophy-religion/#ReliEpis>
<https://saberefe.com/categoria/teologia/filosofia>

OBS:

É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, sem a permissão por escrito, do Seminário Casa de Profetas.